

DECLARACAO POLITICA DO III FORUM SOCIAL MUNDIAL DA SAUDE

BELEM DO PARA – 25 A 27 DE JANEIRO DE 2009

CARTA DE BELEM

O III Forum Social Mundial da Saude , reunido na Cidade de Belem do Para – Brasil, entre os dias 25 e 27 de janeiro de 2009, congregando aproximadamente 2000 pessoas entre ativistas usuarios, trabalhadores, gestores, estudantes e docentes do campo da saude e da seguridade social e de outros campos que incidem na saude de 25 paises e 130 organizacoes, vem a publico declarar suas principais discussoes e conclusoes e apresentar suas recomendacoes para a acao em prol da luta pelo direito a saude e a seguridade social e suas relacoes com o mundo do trabalho e o ambiente.

O III Forum Social Mundial da Saude deu sequencia aos debates realizados nos Encontros Internacionais em Defesa da Saude dos Povos realizados em 2002 e 2003 em Porto Alegre - Brasil e em 2004 em Mumbai na India, assim como nos Foruns Mundiais da Saude realizados em Porto Alegre em 2005 e em Nairobi em 2007, passando por um forum nacional com convidados internacionais quando do FSM Policentrico de Caracas em 2006.

NOSSA LEITURA DA CRISE MUNDIAL

O contexto neste inicio de 2009 esta marcado pelo impacto da crise financeira e economica internacional, a qual caracterizamos como uma crise estrutural, sistematica do neoliberalismo e do proprio capitalismo que aprofunda a crise social das ultimas decadas resultante do neoliberalismo desde a instalacao de sua hegemonia mundial, onde se localiza a persistencia da crise humanitaria e sanitaria em boa parte do mundo, com profundas repercussoes no campo alimentar e ambiental, com destaque para a tragedia dos paises africanos sub-saharianos, mas tambem presente em todos os continentes e inclusive de forma dramatica nos paises desenvolvidos, com restricoes as garantias sociais historicamente conquistadas e nos paises de maior crescimento economico como a China e a India.

Os conflitos do mundo unipolar, onde se destacam as guerras de ocupacao no Iraque e Afeganistao, e a agressao israelense aos territorios palestinos, sem esquecer as guerras economicas na Africa e a persistencia do conflito colombiano, se inscrevem no exercicio doutrinario hegemônico do neoliberalismo e refletem a injustica que marca as relacoes economicas e politicas entre as nacoes, consolidando as iniquidades existentes e estabelecendo uma logica de forca para enfrentar os conflitos economicos e sociais. Tal doutrina da forca tambem se ve presente na criminalizacao dos movimentos sociais no ambito de cada Pais, considerando o protesto social uma ameaca contra a hegemonia atual.

Destacamos ademais que esta crise estrutural do neoliberalismo reflete o que os foruns sociais mundiais vem denunciando desde a sua origem: que o neoliberalismo produziu uma enorme crise social que de forma sustentada e intencional vem se abatendo sobre as populacoes do mundo, e que as dividas sociais que vem se acumulando de forma vertiginosa na forma de multiplas exclusoes frente aos direitos

humanos e sociais, necessitam agora ser pagas não de forma parcial ou emergencial mas de forma substantiva através de uma inflexão civilizatória que questione não somente o neoliberalismo em crise, mas a própria matriz capitalista que o gerou.

A doutrina hegemônica neoliberal estabeleceu a lógica da “desassistência programada” como tônica para as políticas sociais e promoveu um genocídio contra as populações pobres do planeta ao negar o acesso às condições que possam garantir os direitos necessários para uma vida digna.

Este III FSMS não aceita que a conta desta crise seja repassada aos povos do mundo e exige que os recursos que são necessários para a efetiva proteção social e econômica das populações, os quais afirmamos que existem, como provam os recursos aplicados para a salvação das entidades financeiras, sejam direcionados a constituir respostas permanentes e estruturais que assegurem as condições de bem estar, de bem viver, a qualidade de vida da população do mundo, ao protegê-la economicamente, ao garantir a seguridade social, a proteção ambiental, a dignidade do trabalho, o acesso à terra e à habitação, o acesso ao crédito, a soberania e a seguridade alimentar, o acesso à justiça e à segurança e o acesso universal, integral e com equidade à educação e à saúde.

Dois aspectos nodais foram destacados no FSMS: – primeiro a necessidade de combater os aspectos vinculados à contaminação e degradação ambientais relacionados à supremacia dos interesses das monoculturas transgênicas e de alta produção, as quais afetam diretamente a saúde da população e, o manejo dos dejetos industriais depositados nos países do terceiro mundo e a transferência para estes países das tecnologias sujas e ambientalmente daninhas, e - segundo o papel fundamental que exerce como determinante da saúde a qualidade, a remuneração e segurança / salubridade do trabalho remunerado e não remunerado, formal e informal. Estes dois aspectos exigem um redobrado esforço por fazer frente ao comprometimento neoliberal do ambiente, do trabalho, da saúde e da seguridade social, garantindo a proteção da saúde da população e sua inserção plena em uma seguridade social universalizada.

LINHAS ESTRATÉGICAS PARA UMA AÇÃO POLÍTICA TRANSFORMADORA

Frente a uma crise estrutural da hegemonia uma resposta estrutural

Desta forma conclamamos os movimentos sociais e populares, políticos e culturais a encararem a crise como uma crise estrutural, a ser enfrentada portanto com uma ambição estrutural que ponha em destaque a necessidade de uma nova relação com a natureza para enfrentarmos os desafios da sustentabilidade e do aquecimento global, com uma perspectiva inovadora para a produção e para a distribuição da riqueza – primando pela produção ambientalmente sustentável, com o combate ao consumismo e com um firme compromisso pela equidade, incorporando uma visão integral e holística do mundo e da vida, não antropocêntrica, resgatando neste processo as cosmogonias tradicionais e populares, construindo uma inflexão civilizatória baseada no respeito à natureza, às diversidades identitárias dos povos e o bem viver de indivíduos e coletividades.

O compromisso etico com as necessidades das pessoas atraves da materialidade dos seus direitos

Entendemos que o compromisso etico nesta inflexao civilizatoria diz respeito a satisfazer as necessidades das pessoas em um processo de sustentabilidade ambiental e de redistribuicao das riquezas com vistas a justica social e estamos convencidos mais que nunca que o principal enfrentamento que temos que dar no contexto da crise da hegemonia atual e' um enfrentamento politico e ideologico para garantir que as solucoes frente a crise estrutural de neoliberalismo nao resultem em maior crise e exclusao social, evitando que outra vez os pobres do planeta paguem a conta dos ricos.

Exercer o controle social das economias nacionais e internacional

Neste contexto convocamos as organizacoes e movimentos da sociedade a prepararem-se e disputarem o espaco de conhecimento e controle da economia e dos espacos de decisao sobre ela, incidindo no debate sobre as reformas tributarias em cada pais e na estrutura dos gastos publicos – como e onde se gasta o dinheiro dos cidadaos e cidadas, para que a participacao social possa discutir e decidir como se maneja a riqueza em cada Pais e redireciona-la com o objetivo de produzir justica social. Algo fundamental neste contexto e' garantir que o gasto publico supere o gasto privado em saude e seguridade social e que a carga tributaria sobre o PIB seja suficiente para sustentar as politicas sociais de inclusao segundo as necessidades da populacao

Da mesma maneira cremos necessario mobilizar-nos para fazer este controle tambem no ambito internacional e reivindicar formas de transparencia no ambito do comercio e da ajuda ao desenvolvimento, com a preocupacao de que a ajuda internacional e intranacional financie a instalacao e avanco de sistemas universais de saude e seguridade social e nao financie a sua privatizacao.

Pagar a divida social e romper a naturalizacao da escassez

Para romper o reducionismo dos direitos e a cronica escassez de recursos para as politicas sociais apontamos a necessidade de estabelecer um debate em torno a uma agenda politica orientada ao pagamento da divida social existente em cada Pais e no ambito internacional, - ou seja rompermos a naturalizacao da escassez do financiamento das politicas sociais a partir da assuncao dos direitos a saude e a seguridade social, isto quer dizer criar um debate politico sobre quanto e' necessario obter para pagar a divida no tempo e nao apenas nos conformarmos com a escassez dos orcamentos sociais gerados pela visao ideologica do neoliberalismo, significa tambem transparentar o criterio de uso dos recursos e suas proridades e dar novo rumo ao alcance e tamanho da ajuda ao desenvolvimento, desmascarando os argumentos de mercado para os servicos de saude e seguridade social.

Temos que lutar pelo que e' necessario para todas e todos e nao mais sobre o que e possivel, disfarcado na forma de focalizacoes para os mais pobres. Portanto a tarefa e' dimensionar os per capita necessarios para cada necessidade social, reconhecendo as necessidades diferenciais encontradas no grau de desenvolvimento de respostas existentes e na dimensao da divida social, reconhecendo as

necessidades derivadas do momento do ciclo vital em que cada um está – da infância até a velhice, de onde vivem – nas florestas, no campo, nas áreas urbanas, da sua identidade étnica particularmente indígenas e negros, da identidade de gênero e de identidade sexual, mas sobretudo da condição de classe social.

Ganha especial importância o desafio financeiro de dignificar o trabalho dos servidores públicos que deverão atuar neste contexto, buscando o fim da flexibilização laboral, da intermediação do contrato de trabalho por terceiros, dos contratos emergenciais perpetuos e sem direitos e da qualificação inadequada expressa nas fórmulas clientelistas de contratação, o que resulta em perda de eficiência econômica e pauperização da qualidade dos serviços, disfarçando as várias formas de privatização do que deveria ser público.

Superar a escassez de recursos exige que nossa agenda estratégica aponte a que recursos temos que alcançar em função dos resultados que queremos atingir em termos de saúde e qualidade de vida das pessoas. A redução do gasto obrigatório de bolso das pessoas será um indicador chave neste propósito.

Adicionalmente é necessário fazer um debate aprofundado sobre as alternativas de gestão e financiamento baseados em mecanismos como as fundações e organizações não governamentais pois existe o risco permanente de que afetem o controle público e a produção de bens públicos em seguridade social e saúde e portanto necessitamos buscar alternativas seguras neste campo, evitando as privatizações e a perda do controle público e social.

Desenvolver a mobilização de massas por uma democracia radical capaz de produzir justiça social

Conquistar leis que garantam os direitos humanos e sociais, onde particularmente apontamos os direitos à saúde e à seguridade social e ter a ousadia de cumprir a Lei na forma dos acordos internacionais e textos constitucionais é outra batalha que exige maior protagonismo de massas a partir de um esforço de educação política e de mobilizações massivas orientadas a criar um ambiente social de exigibilidade dos direitos e portanto resgatar o sentido político dos mesmos e afirmar que é possível e necessário garantir os direitos de todas e todos neste contexto de crise estrutural, onde temos que introduzir mudanças radicais em nosso convívio social e que isso começa por instalar e respeitar o império dos direitos humanos e sociais.

Portanto frente à crise apontamos a necessidade dos movimentos se lançarem a um trabalho político de massas capaz de ocupar os espaços legislativos, do executivo e dos próprios movimentos projetando uma agenda política de unidade em torno a transformações de fundo capazes de sustentar o acesso universal aos direitos humanos e sociais e promover nesta perspectiva um desenvolvimento social que possa produzir justiça social no marco de uma democratização radical da sociedade.

A radical transparência dos processos de financiamento e uso dos recursos, de gestão e de qualidade dos resultados da atenção para as pessoas são o objeto desejado de um controle social que se construa sobre o sentido último da garantia dos direitos e da construção da justiça social.

Construção da autonomia do exercício político dos movimentos sociais e o combate a corrupção derivada do paternalismo e do clientelismo

É fundamental que os movimentos apontem para a construção de sua emancipação política e sua capacidade portanto de expressar e defender as necessidades e direitos das pessoas com um olhar para o estrutural da sociedade que está em disputa, evitando assim cair na cooptação por parte do poder hegemônico e construindo um poder autônomo com ambições de transformar o próprio estado e promover as reformas políticas que rompam os limites da democracia representativa tradicional e abram passo a uma democracia social direta e participativa. Isto implica uma radicalização democrática que evite as várias formas de clientelismo e paternalismo que marcam as históricas assimetrias de poder das nossas sociedades. Evitar a cooptação e o paternalismo são fundamentais para poder erradicar a corrupção na relação governo / sociedade e no exercício dos governos e dos movimentos e organizações sociais.

DEFINIÇÕES PARA UMA AGENDA POLÍTICA PELA GARANTIA

DO DIREITO A SAÚDE E A SEGURIDADE SOCIAL

Como FSMS entendemos que nossa principal bandeira de luta radica na garantia da seguridade social universal, integral e com justiça social / equidade – entendida a seguridade social como a garantia ao trabalho e remuneração dignas, a habitação, ao alimento, aos serviços públicos como água, saneamento, transporte, a proteção social, a educação e a saúde, com o objetivo de produzir qualidade de vida para um bem viver.

Nesta perspectiva entendemos que para materializar nossa bandeira de luta se faz necessária a construção de sistemas universais de seguridade social e saúde, onde o universalismo implique uma forma de acesso de todas as pessoas, a partir do financiamento pelos recursos da arrecadação geral do estado. Por um princípio de equidade, se exige que os impostos sejam pagos segundo a capacidade de cada quem ou seja seu grau de riqueza, para que todos possam solidariamente usufruir das mesmas condições de acesso as garantias dos seus direitos.

Enfrentar o desafio de construir uma agenda comum de saúde e seguridade social e com outros movimentos

A construção de agendas políticas convergentes entre os movimentos de saúde e seguridade social, aproximando-se estrategicamente com os movimentos que lutam pelo ambiente e pela defesa e dignificação do trabalho e do acesso a terra, devem orientar os movimentos de composição de uma abordagem territorial que permita estruturar uma agenda pelo desenvolvimento com justiça social e organizar novas formas de organização da sociedade nestes territórios, reivindicando um reordenamento dos governos em torno a esta agenda, integrando recursos e criando formas participativas de tomada de decisão.

A convocatória da I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Saúde e Segurança Social e a Campanha pelo Reconhecimento do SUS como Patrimônio Imaterial e Cultural da Humanidade

Neste III FSMS avançamos na perspectiva de construção de uma agenda política comum que encontrou na ratificação da decisão do II FSMS de Nairobi de realizar uma conferência mundial pelo desenvolvimento de sistemas universais de saúde e segurança social, um elemento fundamental de convergência. A Conferência marcada para novembro de 2009 em Brasília, tem o compromisso de apoio e convocatória de governos através do governo brasileiro e da sociedade civil internacional através deste FSMS.

Esta iniciativa tem grande importância histórica, pois nesta conjuntura da crise estrutural da hegemonia, a Conferência criará um espaço de convergência de processos para construção de um posicionamento do universalismo integral e equitativo como alternativa estrutural para uma saída da crise que aposte na inclusão social e rompa a doutrina neoliberal baseada na focalização excludente e redutora dos direitos.

No processo de organização desta conferência queremos resgatar a dimensão estratégica da APS como elemento chave na construção de sistemas universais e integrais de saúde e zelar para que a APS não seja cooptada na forma de atenção pobre para populações pobres.

De aqui até a conferência de novembro estaremos em um processo intenso de preparação via construção de espaços e alianças em cada País para preparar as delegações e marcar com eventos nacionais e regionais o processo de construção deste Conferência que desejamos marque um giro no processo do debate internacional.

Pautaremos o tema dos sistemas universais no âmbito dos organismos intergovernamentais e no espaço dos países, via executivo e parlamentos e também nos organismos regionais de integração.

No marco deste III FSMS, o lançamento da campanha pelo reconhecimento do SUS brasileiro como patrimônio imaterial e cultural da humanidade abriu caminho para uma agenda de revisão profunda da experiência brasileira para resgatar seus compromissos originários, no contexto do avanço radical necessário para a garantia da saúde no País ao mesmo tempo que instala um debate internacional sobre a importância e transcendência dos sistemas universais para a o bem estar das populações, por isto esta campanha deve ganhar dimensão e foro internacional para o seu desenvolvimento.

Por um dia mundial de luta pelos sistemas universais de saúde e segurança social

A preparação para a Conferência incluirá um Dia Mundial de Luta em 07 de abril de 2009, pela defesa da adoção dos sistemas universais de saúde e segurança social como uma exigência frente a crise estrutural do neoliberalismo, em um processo de leitura das particularidades nacionais e intranacionais para definir como avançar nossos sistemas de saúde e segurança social, reconhecendo as necessidades diferenciais de indivíduos e populações e respeitando os conhecimentos tradicionais dos povos originários nesse contexto, construindo identidade cultural e política no processo de conquistas destes sistemas universais.

Instamos que as entidades e movimentos incorporem de forma integral e radical a Conferencia, sua preparacao e o dia mundial de luta em suas agendas cotidianas e comecem imediatamente a mobilizar seus membros em torno a este processo de construcao.

Outros temas a considerar na construcao de nossa agenda politica

- Apoiar a luta pela democratizacao dos avancos do conhecimento humano expressos na ruptura do sistema de patentes no campo dos medicamentos, insumos e equipamentos para a saude , garantindo mediante acordos politicos o acesso aos mesmos e defendendo o direito dos nossos paises a afrontar o bloqueio do sistema de propriedade intelectual para garantir a atencao de suas populacoes. Reivindicamos a soberania dos paises e dos povos e o imperativo etico de responder a saude das pessoas para contestar as barreiras e a exploracao economica das grandes transnacionais de medicamentos e seus lobbies.
- Apoiar o investimento publico em ciencia e tecnologia para desenvolver a soberania nacional dos paises do terceiro mundo e suas coalizoes solidarias e ir eliminando a dependencia dos grandes conglomerados economico-cientificos do mundo, buscando ademais apoiar a investigacao sobre a realidade dos nossos paises aperfeicoando nossa capacidade de resolver nossos grandes desafios civilizatorios e nossas dividas sociais no marco de um desenvolvimento emancipador.
- Lutar pela dignificacao e qualificacao do trabalho com seguridade social, nao admitindo nenhum passo em direcao a flexibilizacao laboral, terceirizacoes ou privatizacoes, pois elas afetam a garantia dos direitos no processo de enfrentamento da crise da hegemonia e devem ser entendidas como medidas de mercado que devem ser eliminadas no processo de construcao de alternativas universalistas.
- Abordar a formacao de novos profissionais da saude, resgatando a relacao dos profissionais com usuarios e estabelecer compromisso pelo bom atendimento das pessoas e pelo alcance de resultados em qualidade de vida e a dignificacao etica do trabalho em saude e seguridade social.
- Propor no ambito do VIII FSM a realizacao de uma conferencia entre os povos para discutir um modelo de desenvolvimento economico e social capaz de assegurar a paz e a qualidade de vida.
- Reivindicar o papel de independencia que a OMS deve ter para defender o direito a saude livre das orientacoes mercantilistas e redutoras de ambitoes universalistas, estaremos buscando que o tema da conferencia pelo desenvolvimento dos sistemas universais se instale na proxima assembleia mundial da saude, assim como na agenda da organizacao pan americana - OPAS. Cabe destacar que neste contexto sera importante avaliar os informes sobre APS e da Comissao de Determinantes Sociais da Saude produzidos pela OMS em 2008 e que tambem estarao em debate na proxima Assembleia Mundial em maio de 2009, com vistas a dimensionar quanto

podemos relacionar estas iniciativas com os objetivos da Conferencia Mundial sobre Sistemas Universais.

CONCLAMAMOS OS POVOS DO MUNDO, SEUS MOVIMENTOS E ORGANIZACOES E SE ENGAJAREM NESTA AGENDA PELA UNIVERSALIZACAO DA SAUDE E DA SEGURIDADE SOCIAL COMO UMA RESPOSTA ESTRUTURAL E CONTUNDENTE A HEGEMONIA NEOLIBERAL E UM PASSO CHAVE NO AVANCO DE UMA NOVA PERSPECTIVA CIVILIZATORIA, COMBATENDO A BARBARIE , SENDO CAPAZ DE RESPEITAR OS DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS E ESTABELECEER O COMPROMISSO ETICO PELA VIDA, O BEM VIVER DE TODAS E TODOS!

RUMO A I CONFERENCIA MUNDIAL PELO DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS UNIVERSAIS DE SAUDE E DE SEGURIDADE SOCIAL – GOVERNOS E SOCIEDAD CIVIL INTERNACIONAL EM DIALOGO PARA A GARANTIA DOS DIREITOS NO CONTEXTO DA CRISE DA HEGEMONIA NEOLIBERAL !

TODOS MOBILIZADOS PELOS SISTEMAS UNIVERSAIS DE SAUDE SEGURIDADE SOCIAL NO DIA 07 DE ABRIL DE 2009 – CONSTRUINDO O CAMINHO PARA O SUCESSO POLITICO DA CONFERENCIA MUNDIAL!

SAUDE PARA TODOS E TODOS JA'!

Mocoos

O III FSMS, considerando as graves e reiteradas violacoes dos direitos humanos e sociais nos territorios palestinos por parte do Estado de Israel, seja atraves do bloqueio economico, da restricao ao ir e vir dos cidados palestinos e particularmente atraves das barreiras contra o acesso a atencao a saude e protecao social das populacoes da Nacao Palestina, exige o cumprimento por parte de Israel dos acordos humanitarios internacionais, a garantia do tratamento da populacao civil segundo as convencoes de Genebra e o respeito total a missao medica nos territorios palestinos e no transito entre os mesmos. Iguualmente o III FSMS conclama a comunidade intenacional a condenar energicamente o Estado de Israel e instalar um embargo economico, academico, cientifico, cultural e politico ate que sejam garantidas as condicoes para a dignidade da vida nos territorios palestinos e seja garantida a atencao medico sanitaria segundo os preceitos internacionais. Particularmente conclamamos todas as entidades de trabalhadores e usuarios da saude e da seguridade social a difundir a situacao nos territorios palestinos e mobilizar a opiniao publica atraves de uma permanente posta em pauta das condicoes de agressao e precariedade nos territorios palestinos, exeeccendo ativamente a solidariedade material e politica com os mesmos, para que seja possivel manter com dignidade a atencao para a populacao palestina.

O III FSMS conclama os povos do mundo e suas organizacoes a manifestarem-se pela condenacao das forcas de ocupacao, exercito e policia nacionais e milicianos que no Congo, Colombia, Iraque e

Afeganistao atentam sistematicamente contra a vida humana e particularmente contra as equipes de saude e os pacientes em ambulancias, clinicas e hospitais, em uma clara violacao contra as Convencoes de Genebra e o elementar dos direitos humanos e sociais. A invasao em busca de combatentes ou a eliminacao de inimigos no interior dos servicos, a destruicao da infraestrutura e a reiterada falta de insumos, energia, agua e financiamento para a operacao fazem da atividade profissional e da situacao dos pacientes uma provocacao diaria a ser enfrentada. Conclamamos a um esforco de informacao sobre estas realidades e a exigencia de que as forcas beligerantes e os organismos humanitarios exercam uma acao decidida para garantir as prerrogativas da missao medica e de atendimento da populacao civil e dos combatentes.

O III FMS, frente a reforma neoliberal em saude impulsada pelo Governo Peruano do Presidente Alan Garcia denominada de “ Seguro Universal”, vem manifestar seu desacordo com os seus principios e a forma de sua operacao, posto que nao garante a universalidade do direito a saude do povo peruano e atenta contra o carater publico da saude ao abrir passo a intermediacao privado do asseguroamento, com a conseqente logica de mercado na definicao de beneficios segundo niveis de capacidade contributiva dos usuarios. Frente ao processo peruano, manifestamos nosso apoio a posicao da Federacao Medica do Peru , a qual vem mantendo firme oposicao a reforma neoliberal e lutado pela construcao de um sistema unico nacional de saude peruano, de carater universal, integral e equitativo. Conclamamos as organizacoes e movimentos do mundo a manifestarem-se em favor da luta por um sistema de saude universal no Peru e contra a reforma neoliberal hoje em curso.

O III Forum Social Mundial da Saude manifesta sua preocupacao com o comportamento de setores de oposicao e mesmo da coalizao de governo no Paraguay que atentam contra o processo de reforma agraria e contra a politica universalista de saude do Governo Fernando Lugo. Tendo como epicentro politico o Departamento de San Pedro, a reforma agraria e a instalacao da politica de saude tem encontrado a oposicao corporativa e de setores politicos historicamente relacionados a corrupcao e ao clientelismo e que vem na politica de saude do governo uma ameaca aos seus interesses economicos privados e na reforma agraria uma ameaca ao modelo agroexportador concentrador de riqueza e de terrase gerador de degradacao ambiental e sanitaria e danos a vida humana. Conclamamos com especial urgencia o apoio internacional para a permanencia no seu posto da Diretora Regional de Saude de San Pedro, Dra. Raquel Rodriguez a qual tem estado sob ameacas de morte – manifestamos apoio ao processo de reforma agraria e contra a violencia contra a Diretora de San pedro , apoyo ao plano universal de saude do governo paraguaio e a exigencia de que nao se retroceda nos avancos das politicas publicas do Pais, ao mesmo tempo que condenamos energicamente o mal trato e a violencia cometidos contra a Dra. Raquel Rodriguez, exigimos das autoridades nacionais paraguayas as garantias para a sua vida e de suas condicoes de trabalho.

Plenaria Final do II Forum Social Mundial da Saude, Belem do Para – Brasil, 27 de janeiro de 2009

www.fsms.org.br fsms@fsms.org.br